



**ADRIANA IOP BELLINTANI
EDUARDO ERNESTO FILIPPI
VERONICA KORBER GONÇALVES**
(organizadores)



AMAZÔNIA
Descortinada nas Relações Internacionais

IOLE
EDITORA

AMAZÔNIA

Descortinada nas Relações Internacionais

ADRIANA IOP BELLINTANI
EDUARDO ERNESTO FILIPPI
VERONICA KORBER GONÇALVES
(organizadores)



BOA VISTA/RR
2024

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão

Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa

Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e

Diagramação

Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial

Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Be2 BELLINTANI, Adriana Iop; FILIPPI, Eduardo Ernesto; GONÇALVES, Veronica Korber (organizadores).

Amazônia: Descortinada nas Relações Internacionais. Boa Vista: Editora IOLE, 2024, 343 p.

Série: Relações Internacionais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-89-2

1 - Amazônia. 2 - Brasil. 3 - Estudos de Casos. 4 - Relações Internacionais.
I - Título. II - Bellintani, Adriana Iop. III - Relações Internacionais.. IV - Série

CDD-327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



CAPÍTULO 4

*O Desenvolvimento Amazônico
Pela Perspectiva da Governança Econômica
Indígena Brasileira: O Caso do Artesanato Baniwa*

O DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO PELA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA ECONÔMICA INDÍGENA BRASILEIRA: O CASO DO ARTESANATO BANIWA

Alessandra Prates Barreras Carriero

Eduardo Ernesto Filippi

O modelo atual de desenvolvimento econômico foi majoritariamente baseado na extração de matérias primas. Ao longo da história humana, a relação com os recursos naturais formou as linhas evolutivas da sobrevivência humana e conseqüentemente os modelos de desenvolvimento, que tardiamente traduziram-se através do uso da moeda. Ainda, referente à ideia evolutiva de nossa espécie, percebe-se que *desenvolvimento e tempo* se cruzam na história, marcando constantes séries de eventos, tais que se relacionam diretamente com as ideias de tempo ou temporalidades; Fernand Braudel (1995) e Milton Santos (1996), trabalharam com essas perspectivas da relação humana com o tempo.

Para Milton Santos (1996), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistema de ações e ainda a ideia de tempo para nossa espécie só pode ser “concretizada” quando houve a nossa primeira relação com a natureza – em que se extraiu alguma matéria dela, anteriormente para Milton Santos (1996) não existia tempo, apenas uma cadeia evolutiva das múltiplas espécies existentes no planeta Terra. Na complementariedade dos estudos sobre o tempo, Fernand Braudel (1996), em sua obra *Civilização Material* (1996), aborda sobretudo a ideia de “tempo” traduzindo para “*temporalidades*” ou “*eventos históricos*”, pois para o economista há três formas de analisar o tempo na história, são eles

tempos de curta e média duração ou tempos de longa duração¹⁰, todos esses marcadores estariam relacionados com os eventos históricos, seu alcance e repetição.

Nesse sentido, o modelo de humanidade como nós conhecemos é atrelado aos modelos do capital, esses que em sua grande maioria se traduzem em *matéria* que tem características físicas, tangíveis e que podem ser vistas e tocadas como: terras, alimentos, máquinas, recursos naturais em sua totalidade, que levaram ao desenvolvimento econômico e humano, onde há uma extração incansável de recursos. Dessa forma, Eduardo Gudynas, antropólogo e economista, em sua obra *Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais* (2019), trabalha o antropocentrismo na relação do homem com a Natureza, colocando-se como centro e a Natureza como um conjunto de objetos, vivos ou não vivos, em que alguns poderiam ter utilidade atual ou futura, ou seja, numa relação baseada em utilidade e/ou controle, assim como nas premissas principais da economia neoliberal, em que a ela regula o nível de desenvolvimento de regiões e indivíduos humanos.

O antropocentrismo impõe uma valoração extrínseca no sentido de que os valores são propriedades externas aos objetos e somente podem ser atribuídos pelos seres humanos. Uma planta, um animal ou uma cachoeira não possuem valores em si mesmos ou próprios; estes são atributos que lhes são dados pelas pessoas.

Essa perspectiva antropocêntrica trouxe muitas consequências, vindas de uma raiz cultural que baseou ou formou predominantemente como enxergamos o mundo, a exemplo de

¹⁰ São elementos estáveis que atravessam gerações, e que normalmente são chamadas de estruturas, como exemplo podemos citar um sistema econômico em longa duração num determinado local. Essa longa duração, no entanto, não é uma imobilidade onde não ocorre mudança. É uma duração longa, de mudança lenta, um tempo que demora a passar, mas onde há mudanças há algumas pequenas rupturas também (BRAUDEL, 1946).

ideias expressas no Renascimento, como de Francis Bacon, com seu imperativo de dominar a natureza, e René Descartes, com seu entendimento do Meio Ambiente e dos animais como máquinas que poderiam ser desmontadas para serem entendidas e manipuladas (GUDYNAS, 2019, p. 23).

Nessa lógica, é evidente que este período de longa duração histórica, baseada na extração incansável de recursos naturais, atrelada a lógica da economia neoliberal, está refletindo em uma série de novos eventos temporais como: mudanças climáticas, desapropriação de terras, insegurança alimentar, perda de identidades culturais, extinção de espécies e colapso energético, entre tantas outras manifestações de perdas irreversíveis que estão ocorrendo no planeta Terra. Por isso, este capítulo busca através da ideia de tempo e tempos históricos, demonstrar que existe uma luz no fim do túnel ou como propõe Ailton Krenak, filósofo indígena da etnia Krenak, ideias para adiar o fim do mundo (2017).

Sobretudo, estas novas ideias estão expressas em alternativas que compreendem a relação com o corpo-território como algo indissociável, intrinsecamente baseadas nas cosmovisões indígenas, em que terra e corpo são um só e que se faz necessário promover a harmonia entre essas duas manifestações ocupando o mesmo espaço. Essas alternativas são nomeadas na literatura como “*buen vivir*”¹¹, bioeconomia indígena ou governança econômica indígena¹², sendo

¹¹ Para Mignolo (2005), o *Buen Vivir* pode ser interpretado como manifestação de descolonização epistêmica, ou seja, um pensamento que se desprende e abre possibilidades outrora colonizadas pela racionalidade moderna imperial europeia.

¹² Formação de cadeias produtivas que contribuem para a preservação do território e sociobiodiversidade promovendo uma fonte de renda para as comunidades indígenas. A governança da economia indígena é uma forma de garantir a governança dos territórios e fortalecer a cultura dos povos indígenas, contribuindo para a promoção da preservação ambiental.



que ambas as terminologias promovem resistência ou alternativas aos modelos hegemônicos de desenvolvimento.

Neste capítulo iremos dar ênfase a terminologia da governança econômica indígena, em que se apontam outras formas de relação mais amigáveis com a natureza e que projetam renda para as comunidades locais. Com o intuito de demonstrar a aplicabilidade da governança econômica indígena, apresentaremos alguns projetos já desenvolvidos na região da Amazônia Legal, buscando demonstrar que há outras formas de promover renda e gerar a conservação da região amazônica e sua vasta biodiversidade.

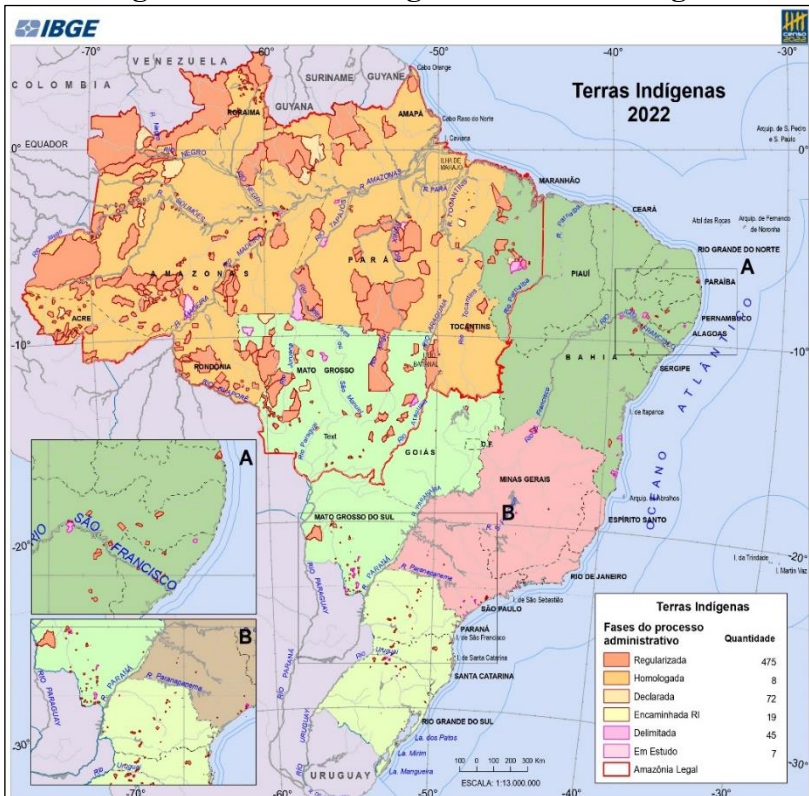
GOVERNANÇA ECONÔMICA INDÍGENA: O CASO DA AMAZÔNIA LEGAL

A Amazônia Legal é uma designação geográfica e administrativa que inclui áreas que vão além da floresta tropical em si. Ela compreende nove estados brasileiros e parte dos estados do Amapá, Maranhão e Tocantins. Estes estados são: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Além disso, a Amazônia Legal abrange uma pequena porção dos biomas Cerrado e Pantanal. Esta região corresponde a 59% do território nacional e abriga 55% da população indígena brasileira. Suas principais atividades econômicas incluem pecuária, extrativismo e agricultura. Vale destacar a Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas, como importante centro industrial da região.

Infelizmente a Amazônia Legal, enfrenta sérios problemas especialmente relacionadas ao desmatamento excessivo. Cerca de 55% de todos os povos indígenas que habitam o Brasil vivem nessa área. A degradação ambiental, agravada pelo desmatamento, afeta

diretamente a conservação do ecossistema e traz consequências sérias para o ambiente amazônico. A construção de hidroelétricas também impactou significativamente a vida dessas comunidades, uma vez que muitos indígenas dependem da caça e da pesca para subsistência. Abaixo, apresentamos uma imagem realizada no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, onde é possível observar as terras indígenas localizadas na Amazônia Legal.

Figura 1 – Terras Indígenas Amazônia Legal



Fonte: Censo. IBGE (2022).

Na Figura 1 é possível observar os processos de homologação, delimitação e regularização das terras indígenas, ressalta-se para este fato, pois na contramão da lógica desenvolvimentista predatória que não inclui a preservação como fator central em suas perspectivas de crescimento econômico, a região enfrenta também um sério problema atrelado ao desmatamento e construção de hidrelétricas, resultando em uma verdadeira luta pela sobrevivência em que quem está em sua maioria no campo de batalha são os povos indígenas.

A Amazônia Legal foi criada no governo Getúlio Vargas, por meio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico e social da região, onde vivem cerca de 20 milhões de pessoas. O plano visava melhorar os padrões de vida e o bem-estar econômico das populações locais, promovendo o desenvolvimento da produção extrativa, agrícola, pecuária, mineral e industrial.

Além da Amazônia Legal, existe a Amazônia Internacional, que corresponde a uma área ao norte da América do Sul e abrange nove países: Brasil, Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. A maior parte dessa região, aproximadamente 60%, está dentro do território brasileiro.

Historicamente a região da Amazônia Legal prometia seguir as premissas do modelo de desenvolvimento econômico extrativista, em que de fato culminou em megaprojetos como as hidroelétricas e a facilitação do avanço da agricultura na região, resultando em um crescimento econômico substancial, mas errôneo para a preservação ambiental e social dos povos indígenas e ribeirinhos.

Nesse sentido, apresentaremos algumas alternativas já em curso promovidas por povos indígenas da região da Amazônia Legal, demonstrando que se faz possível repensar o desenvolvimento econômico utilizando outras formas de relação com o território,

preservando a cultura indígena e a biodiversidade. Através da proposta da governança econômica indígena, abre-se um leque de possibilidades que fortalecem as comunidades indígenas, incluindo pensar os processos de economia compreendendo as múltiplas visões de mundo, ampliando o conceito de economia, permitindo que os indivíduos destes territórios ajam de forma mais participativa, compreendendo as cadeias produtivas, garantindo sua economia própria, da subsistência, sua segurança alimentar e relações com o mercado.

Entretanto, a ampliação do conceito desta governança econômica indígena encontra dificuldades de execução, pois a sua lógica de preservação se choca diretamente com uma série de outros fatores como o enfrentamento de ameaças externas de ocupação econômica (exploração madeireira, garimpo, mineração, agronegócio, grilagem de terras, grandes projetos de infraestrutura etc.). Para além das dificuldades externas, é preciso também estabelecer regras para o uso dos recursos coletivos por algumas famílias, incluir temas econômicos nos planos de vida, de gestão e de manejo, para por fim valorizar as culturas, as visões de mundo e dos modos de vida tradicionais perante os projetos e relações com o mercado.

A seguir iremos apresentar alguns casos da aplicação da governança econômica indígena, em território da Amazônia Legal, na sua totalidade todos os casos apresentados a seguir tem financiamento de Organizações não-governamentais (ONGs) e empresas privadas¹³, sobretudo estrangeiras, demonstrando uma

¹³ Os financiamentos também podem vir através de projetos apoiados por empresas privadas interessadas em produtos com alto valor etno-ecológico agregado, como a BodyShop (Inglaterra) com os Kayapó (Pará), a Aveda (Estados Unidos) ou a Hermès (França) com os Yawanawá (Acre); começam a ocorrer algumas parcerias comerciais privilegiadas com empresas do chamado “comércio justo”, como as

desatenção e falta de diálogo do governo brasileiro em relação ao empoderamento econômico destas comunidades tradicionais localizadas no Brasil, apesar da tratativa da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em promover projetos de desenvolvimento comunitário desde 1984 (OXFAM, 2014).

A ECONOMIA INDÍGENA: O POVO *BANIWA* E SEU ARTESANATO

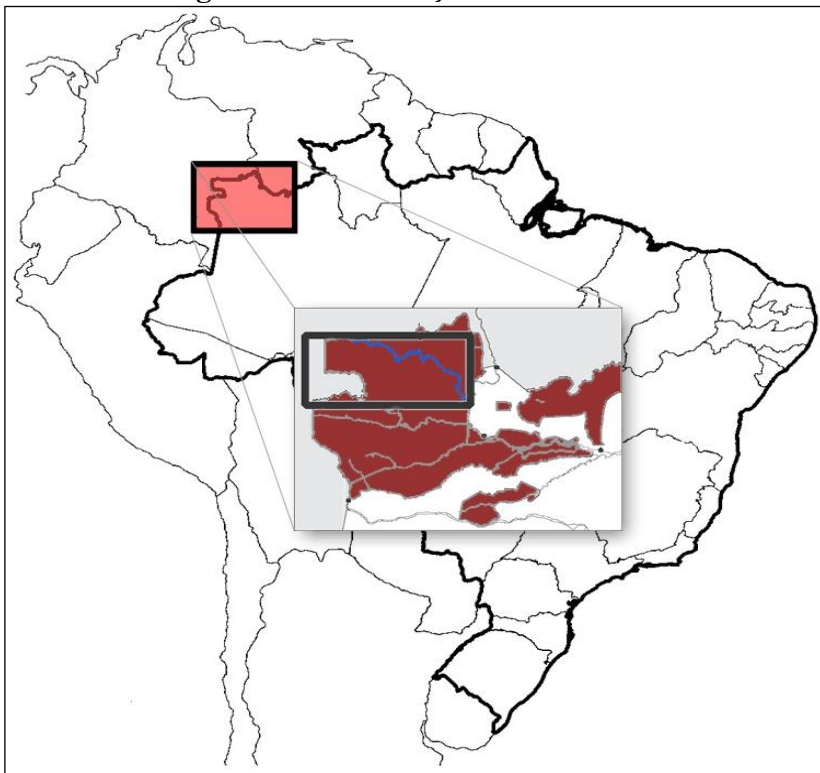
O povo Baniwa vive na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, em territórios localizados às margens do Rio Içana e seus afluentes Cuiari, Airiri e Cubaté, além de comunidades do Alto do Rio Negro/Guainía e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos (AM). Abaixo apresentamos o mapa com a localização do povo Baniwa (ISA, 2024).

O povo Baniwa teve seus primeiros contatos com os não-indígenas através da resistência a escravidão contra os portugueses e espanhóis; há registros no Arquivo Público de Belém do Pará de que os Baniwa foram capturados em grande número entre os anos de 1740 e 1755, e enviados para Belém. Com a intensificação da colonização no Rio Negro, na segunda metade do século XVII, as doenças trazidas pelos brancos começaram a espalhar a morte entre os Baniwa. Apesar a impossibilidade de ter estimativas, os registros mencionam epidemias graves de sarampo e varíola nas décadas de 1740 e 1780. O efeito da colonização deteriorando seus territórios, mais as epidemias, convenceram muitos Baniwa a deixarem suas terras e irem para as cidades coloniais recém-fundadas pelos

importadoras do Guaraná dos Satéré-Mawé (Amazonas) na Europa (Guayapi Tropical na França, Cooperativa Terzo Mondo na Itália) ou a comercialização da cestaria baniwa pela cadeia de lojas ToK&Stok no Brasil (OXFAM,2021).

colonizadores no baixo Rio Negro. Ali os indígenas trabalhavam para os brancos na agricultura, no Serviço Real e na coleta de produtos da floresta (GARNELO, 2001).

Figura 2 – Localização Povo Baniwa



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2024).

A permanência dos indígenas nas cidades coloniais era, em geral, temporária pois as vilas coloniais do século XVIII eram constantemente assoladas por doenças, sofriam com grandes perdas

demográficas e frequentemente deserções por parte dos indígenas descidos da região dos altos rios. Os Baniwa estavam entre os que constantemente desertavam concentrando a população que permaneceu nas vilas majoritariamente cabocla e branca (MOHRENWEISER, 1979).

Ao final do século XVII, as colônias portuguesas e espanholas atravessaram um período de desorganização que permitiu o povo Baniwa recuperar-se parcialmente das perdas sofridas e se reorganizar. Conseguiram retornar para as suas terras e procuraram restaurar sua sociedade. Mas não tiveram trégua, e em 1830, quando os comerciantes brancos voltaram ao Alto do Rio Negro: muitos eram caboclos que viveram longos períodos nas aldeias indígenas e eram aliados úteis dos militares dos fortes de São Gabriel e Marabitanas na arregimentação de mão-de-obra indígena para o Serviço Real, indústria, e extração de produtos da floresta ou serviços domésticos nas casas das famílias da elite de Manaus (RIBEIRO, 1980).

O que os militares precisassem os comerciantes faziam em troca da proteção ao seu negócio. Houve casos de militares que tinham seu próprio negócio ou se tornaram comerciantes ao deixarem o Exército. Há registros realizados pelo naturalista Alfred Russel Wallace, que menciona casos de ex-soldados que se tornaram comerciantes no rio içana que continuaram a receber auxílio e proteção do comandante de Marabitanas em troca de forçar os indígenas Baniwa a trabalhar para eles na coleta de salsaparrilha. O povo Baniwa foi muito prejudicado por esse sistema, embora sempre que possível se mantivesse longe dos brancos.

A crescente resistência dos povos indígenas à dominação branca resultou nas missões messiânicas entre os Baniwa, Tukano e Warekena, desencadeadas a partir de 1857, em que surgiram os primeiros profetas Baniwa, que instituíram uma nova forma religiosa, chamada “o canto da cruz”, ou a religião da cruz, que

perdurou até o século XX e cuja memória permanece viva em algumas partes da região. Esse sistema religioso se misturou intencionalmente com outros movimentos religiosos ancestrais do povo Baniwa (RIBEIRO, 1980).

Na década de 1870 o boom da borracha havia atingido do Alto do Rio Negro; neste período uma nova onda de doenças e perdas territoriais se instalou, a cultura extrativista teve continuidade até os dias atuais, levando ao povo Baniwa e tantos outros que vivem às margens dos rios, encontrar dificuldades para sobreviver e perpetuar sua cosmovisão e o seu modo de viver ancestral. A história do povo Baniwa infelizmente é parecida com tantas outras de povos indígenas do Brasil: a perda da suas terras, a perda de identidade, a escravidão, a doença, a escassez da pesca e da agricultura devido aos efeitos do desenvolvimentismo baseado apenas no extrativismo, inserem os povos indígenas em uma situação de vulnerabilidade econômica complexa, apesar dos esforços do Brasil em reconhecer e propor alternativas desde a época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a lógica do progresso a qualquer custo atravessa esses povos até hoje¹⁴.

Apesar da história Baniwa ser marcada por excessivas invasões e deslocamentos territoriais, é no artesanato que a identidade Baniwa amplia suas raízes e costumes. Segundo relatório realizado pelo Instituto Socioambiental (2012), os Baniwa mantêm uma qualidade de vida econômica razoável, perante a outros povos indígenas vizinhos, através das suas atividades manuais. Atualmente

¹⁴ A partir dos anos 1970, quando foi anunciada a construção da rodovia Perimetral Norte que atravessaria suas terras, seguida pela construção de pistas de pouso e, desde 1986, da implantação do Projeto Calha Norte, a área recebeu frequentes visitas de comissões do alto escalão do governo federal. Agravando a situação, desde o início da década de 1980, garimpeiros e, em seguida, companhias mineradoras, protegidos pela Polícia Federal, invadiram o território baniwa, trazendo a destruição ambiental e vários casos de violência.

sua cestaria, seus raladores de mandioca feitos de madeira e pontas de quartzo, como também seus tecidos com grafismos, têm tido uma valorização econômica expressiva para esse povo, apesar de tradicionalmente serem excelentes pescadores, e a pesca ser uma atividade econômica importante para o povo Baniwa, a atividade da pesca para a venda é realizada apenas em um único período do ano no verão, tornando o artesanato a principal fonte econômica deste povo.

A arte Baniwa é comercializada também para fora do Brasil, há um sistema interessante de vendas realizados por esse povo, hoje há até um *e-commerce* em que os próprios Baniwa têm o controle de toda a cadeia de produção, da coleta das matérias primas seguindo os padrões ancestrais e com respeito ao território, da confecção e a prática dos rituais para suas confecções, em especial, as cestarias e a pimenta Baniwa. Ressalta-se, ainda, que a arte produzida pelo povo Baniwa tem contato e respeito com a natureza, reforçando que a economia indígena é a economia contida na terra, não sendo um produto, mas um processo.

Ao contrário do que muitos pesquisadores falam sobre educação ancestral, como se remetesse a algo do passado ou o que ficou da história, em específico as mulheres indígenas Baniwa se reinventam para manter as tradições de seus povos, na produção do artesanato. Muito antes de nascermos, esse conhecimento já existia e foi sendo transmitido até chegar às gerações atuais. Segundo liderança indígena Baniwa, Braulina Braniwa:

[...] para receber esse conhecimento, deve-se manter a etiqueta e os bons costumes. Tem-se vivenciado a prática dessa educação de forma compartilhada com outras mulheres e pessoas não indígenas que querem conhecer o trabalho. A educação ancestral não necessita de uma escola formal ou caderno para

anotar. A educação vai além disso. O rio Negro é um dos lugares onde se pode ver sinais do conhecimento ancestral, escrito nas pedras, nas cestarias e dentro das casas (ENTREVISTA WRI, BRAULINA BANIWA, 2019).

Historiadores e pesquisadores que passam as margens do rio Içana e com os próprios Baniwa relatam que seu povo está dividido em clãs com suas especificidades de conhecimento adquirido ao longo da sua existência. As mulheres herdaram conhecimentos milenares que dão continuidade à história do seu povo do seu clã e que dialoga com os conhecimentos dos homens baniwa. Esses conhecimentos são magníficos.

Figura 3 – Artesã Baniwa Nazária produzindo cerâmica



Fonte: Acervo Museu do Índio (2014).

Para tratar sobre o conhecimento ancestral e a economia indígena, trouxemos o exemplo significativo para o povo Baniwa a cerâmica “*akhepa*”, sendo um processo que parte das experiências com suas comunidades de origem.

A cerâmica é uma arte complexa e sua produção envolve várias técnicas. Primeiro a coleta da matéria prima *dekai* (argila), que não é encontrada em qualquer lugar, apenas em margens específicas dos igarapés, onde foi deixada pelo seu criador. A *dekai* tem cores variadas, amarela, branca e vermelha. As mulheres devem saber o local e o momento adequado para a retirada da argila, pois segundo a sua cosmologia, devem estar bem consigo mesmas, sem estresse ou fora dos dias da menstruação. A elaboração da mistura é feita com casca de árvore nativa, que deve ser seminova e morta, não deve ser muito antiga, tampouco tirada na hora. Além disso, essa mistura deve ser feita por uma mulher, de preferência que já tenha tido filhos, mas a produção tem a presença de mulheres mais novas e acompanhamento supervisionado por uma mulher mais velha. Esse processo demora um tempo, para que se busque e se prepare o material. É nesse momento que se mantém a etiqueta ancestral, repassada de forma transgeracional entre as mulheres (SARMENTO, 2017).

O conhecimento da cerâmica Baniwa é transmitido para as novas gerações, via a escola, ou seja, desde meninas Baniwa acompanham a coleta, aprendem qual igarapé se pode retirar a argila e de qual lugar se retira a mistura. O diferencial da cerâmica Baniwa é a qualidade da mistura, o que posteriormente facilita a perfeição do acabamento e a excelência nas pinturas de sílabas gráficas que é essencial para este tipo de produção, pois através destas sílabas gráficas se incluem significado a arte Baniwa (Sarmento, 2017).

A cerâmica Baniwa tem proporcionado um retorno econômico expressivo, segundo André Baniwa coautor de um relatório de 1,3 mil páginas lançado no Painel Científico para a

Amazônia (SPA, na sigla inglês). Com mais de 200 pesquisadores, é o documento mais abrangente sobre a história, o presente e o futuro da Amazônia, além de apontar caminhos para uma Amazônia preservada. André Baniwa enfatiza neste relatório que:

Enquanto a exploração da floresta ocorre de forma desenfreada no Brasil, fomentada principalmente pela agropecuária, os eventos climáticos extremos tendem a ser ainda mais frequentes e intensos. Quando alguém traz alguma coisa nova, temos capacidade de entender muito rapidamente esse outro modo de vida que foi inventado no mundo, que são estados nacionais, suas políticas, seus governos, seus métodos”, continua André. “O objetivo nacional não tem nada a ver com a especificidade de cada povo. Muitos políticos, que chamo de ‘nacionalistas vazios’, não consideram a diversidade interna, a valorização de riquezas culturais, de conhecimento (SPA, 2019).

A educação ambiental é presente para os Baniwa desde os anos 2000, quando as enchentes do Rio Negro começaram a se agravar e prejudicar toda a produção alimentar das comunidades, foi então realizado uma mobilização coletiva para que se compreendesse as mudanças climáticas, os desafios que ela trouxe para as comunidades e como preservar sua cultura em tempos de ponto de não retorno climático. André Baniwa, conjuntamente com outras lideranças, engajam na produção dos seus artesanatos, pois acreditam que a produção com processo ancestral e sentido pode auxiliar na preservação da floresta, além de ser uma ferramenta de independência econômica para além dos projetos desenvolvimentistas propostos pelo Estado brasileiro.

Atualmente a cerâmica Baniwa movimentada anualmente cerca 85% da economia do povo Baniwa, sendo que essa renda é majoritariamente revertida para compra de insumos básicos como alimentos e para a promoção de práticas de bem-viver nas comunidades indígenas. Além das cerâmicas, a produção de cestaria e de pimenta Baniwa vem ganhando protagonismo na produção indígena, sendo uma oportunidade de ampliação financeira para este povo, que ao longo da sua história vem sofrendo com as invasões e delimitações de como viver por parte do não indígena (ISA, 2022).

CONCLUSÃO

Nos últimos 30 anos, a mudança de paradigma fez com que os indígenas deixassem a sua categoria social de “em extinção” ou “vítimas” dos impactos inevitáveis do desenvolvimento para alcançar a condição importante de parceiros potenciais do “desenvolvimento sustentável”. Ocorreu uma profunda mudança do paradigma sobre o futuro das sociedades nativas contemporâneas, devido a um processo singular de articulação das demandas indígenas com outros segmentos organizados e emergentes da sociedade civil brasileira, que teve início nos movimentos de resistência democrática à ditadura militar nos anos de 1970 com o apoio internacional, e se metamorfoseando aos dias de hoje.

A história revelou surpresas, associando um certo protagonismo indígena aos movimentos de redemocratização que romperam com o ciclo da ditadura militar, resultaram pouco a pouco em um paradigma otimista sobre o futuro dos indígenas, expresso num novo patamar de direitos formalmente reconhecidos na Constituição Federal de 1988. Seguiu-se em um aumento considerável no ritmo de reconhecimento de direitos territoriais pelo

governo federal, com a demarcação de terras indígenas extensas e contínuas, sobretudo na Amazônia.

O governo brasileiro amplia as possibilidades de um protagonismo político indígena, apesar de ir na contramão do desenvolvimento econômico focado na preservação ambiental. Entretanto, desde a década de 1990 os indígenas que se encontram em território brasileiro têm tido seu protagonismo reconhecido, desde a criação de um ministério próprio, criado no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas também, seu papel importante como mediador de soluções climáticas em conferências internacionais.

Nesse sentido, a ampliação do debate de uma economia indígena se faz estratégica tanto para a preservação ambiental, como para o protagonismo do governo brasileiro como agente de mudanças na pasta da mudança climática global. Todavia, a economia da sociobiodiversidade está no processo de valorizar produtos indígenas, mas isso ainda é percebido com certa tutela, o que remete infelizmente ao período histórico colonizador que se arrasta até os dias atuais, já que os indígenas profissionais em diversas áreas de atuação se tornam reféns de instituições privadas, governamentais e não governamentais.

A economia indígena está contida na natureza, e está viva nos territórios e estes nos seres humanos e mais-que-humanos também. Por isso, a economia e, portanto, a bioeconomia ou governança econômica indígena, não são definidas pelo seu produto e serviços, mas pelos seus processos de constituição. Produtos e serviços não são os fins, mas os meios pelos quais se perpetuam os conhecimentos ancestrais e se desenvolvem as tecnologias sociais. A consciência entre o modo de fazer e suas consequências.

REFERÊNCIAS

BANIWA, A. F. **Bem viver e viver bem**: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro. Curitiba: Editora da UFPR, 2019.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1946.

GARNELO, L.; WRIGHT, R. “Doença, cura e serviços de saúde: representações, práticas e demandas Baniwa”. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 17, n. 2, 2001.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

ISA - Instituto Socioambiental. “Por que a demarcação de terras não avança”. **Instituto Socioambiental** [2024]. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: 05/02/2024.

KRENAK, A. **Ideias Para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2020.

MIGNOLO, W. “Espistemic Disobedience and the Decolonial Option: A Manifesto”. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, vol. 1, n. 2, 2011.

MOHRENWEISER, H. *et al.* “Eletrophoretic variants in three amerindian tribes: the Baniwa, Kanamari, and Central Pano of Western Brazil”. **American Journal of Physical Anthropology**, n. 50, 1979.

RIBEIRO, B. **A civilização da palha**: a arte do trançado dos índios do Brasil (Tese de Doutorado em Filosofia). São Paulo: USP, 1980.

SANTOS, M, **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

SARMENTO, F. “**Povos indígenas e mudanças climáticas no Rio Negro (Amazonas)**” (Trabalho Apresentado no Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas - LAGERI). Brasília: UnB, 2017.